

ATA Nº. 20 – 15NOV2019 - Mandato 2017/2021

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DO MÊS DE NOVEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO, REALIZADA NO DIA 15 DE NOVEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZANOVE. -----

Aos quinze dias do mês de novembro do ano dois mil e dezanove, reuniu ordinariamente, na sua segunda reunião, a Assembleia Municipal de Ílhavo no Salão Nobre dos Paços do Município, destinada à análise dos seguintes pontos da Ordem do Dia: -----

- Ponto 02** Apreciação e votação da Proposta de Imposto Municipal Sobre Imóveis para vigorar no ano de 2020;
- Ponto 03** Apreciação e votação da Proposta de Derrama para o ano de 2020;
- Ponto 04** Apreciação e votação da Proposta de Fixação da Participação Variável no IRS no ano de 2020;
- Ponto 05** Apreciação e votação da Proposta das Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal para o ano 2020;
- Ponto 06** Apreciação e votação da Proposta de Autorização Prévia e Autorização Prévia Genérica no âmbito da Lei dos Compromissos para o ano de 2020;
- Ponto 07** Apreciação e votação da Proposta de Alteração do Plano Diretor Municipal de Ílhavo no âmbito do Regime Extraordinário de Regularização das Atividades Económicas (RERAE);
- Ponto 08** Apreciação e votação da proposta de Procedimento por Concurso Público para Aquisição de Serviços de Vigilância e Segurança nos Edifícios Municipais;
- Ponto 09** Apreciação e votação da Proposta de Procedimento por Concurso Público para Fornecimento de gás a equipamentos municipais;
- Ponto 10** Apreciação e votação da Proposta de Transferência de Competências do Município de Ílhavo para as Juntas de Freguesia no âmbito do Decreto-Lei nº. 57/2019;

A reunião teve início nos termos do Regimento às 21h00. -----

COMPOSIÇÃO DA MESA: A Mesa ficou constituída pela Presidente Fernanda Cravo, Primeira Secretária Margarida Ferraz Alves e pela Segunda Secretária Margarida São Marcos. -----

PRESENÇA DO EXECUTIVO: Por parte do Executivo estiveram presentes nesta reunião o Presidente da Câmara Municipal Fernando Caçoilo, os Vereadores Tiago Lourenço, Fátima Teles, Eduardo Conde, Sérgio Lopes e Sara Pinho. O vereador Marcos Ré não esteve presente em virtude de se encontrar ausente do Município em representação do mesmo. -----

CHAMADA: -----

Feita pela primeira secretária a chamada dos membros deste órgão, verificou-se a presença dos membros que o compõem: João Madalena, Luis Leitão, Irene Ribau, Manuel Soares, André Guimarães, Flor Agostinho, Pedro Martins, Dina Ribau, Margarida São Marcos, Domingas Loureiro, Fernanda Cravo, João Roque, Pedro Rosa Novo, Margarida Alves, Ricardo Santos, Carla Rodrigues, Hugo Lacerda, Eduardo

Arvins, Pedro Anjo, Carla Santos, João Campolargo, Carlos António Rocha, Augusto Rocha e Luís Diamantino. Exceção feita a Francisco Grangeia do Partido Socialista que não compareceu à reunião. -----

Presidente da Mesa: Anuncia o retomar dos trabalhos iniciados na última reunião, Pontos 2, 3 e 4, perguntando aos membros da Assembleia quem pretende usar a palavra para uma 2ª intervenção, tendo-se inscrito: -----

Luis Leitão: Defende que não é demagógicamente que a bancada do PS propõe uma redução maior do IMI e da parte do IRS que reverte para o Município. Sustentando a sua posição baseada naquilo que tem sido a experiência da Câmara que tem vindo a aumentar o valor absoluto de cobrança de impostos. -----

Pedro Martins: Corrobora a intervenção de Luis Leitão acrescentando que não concorda com a visão catastrófica que o membro Pedro Rosa Novo aludiu na última reunião. Insiste que o valor do IMI seja ajustado de acordo com as dinâmicas do mercado imobiliário e da economia defendendo dessa forma a maior redução proposta pelo Partido Socialista por uma questão de justiça social. Afirma que não é verdade que as medidas propostas levem a uma redução de um milhão e meio de euros nas receitas do IMI e da participação no IRS. -----

Flor Agostinho: Defende que a História contará que foi o PSD que reduziu o IMI e que foi esse partido que colocou à disposição dos municípios as infraestruturas que todos conhecem. Entende que o Governo Socialista é o que mais impostos tem imputado aos cidadãos ao contrário da maioria que governa a câmara que pretende diminuir o esforço das famílias. -----

Pedro Rosa Novo: Sustenta que o PSD é um partido coerente pois o compromisso eleitoral continha a redução do IMI e o equilíbrio orçamental. Aponta falta de coerência no Partido Socialista pois o Imposto Adicional ao IMI, pago ao Estado, não representa um problema, mas já o IMI, pago ao Município, deve ser reduzido. -----

Ricardo Santos: Apela que o desconto no IMI relativo à classificação energética deva ser aumentado para o máximo previsto na lei. Defende que as variações no imposto devam ser efetuadas com responsabilidade. -----

Presidente da Mesa: Informa que vai dar a palavra ao Presidente da Câmara, para as necessárias respostas: -----

Presidente da Câmara: Informa os membros da Assembleia que o peso dos impostos indiretos cobrados pelo Estado corresponde a 13 por cento do PIB. Defende que a Administração Central é a grande responsável pelo enorme esforço fiscal suportado pelos municípios. Esclarece que a Câmara tem vindo a diminuir descendo o valor das suas taxas de imposto. Subscrive a intervenção do membro Pedro Rosa Novo e pede mais coerência no discurso da bancada Socialista. -----

Presidente da Mesa: Coloca à votação o **Ponto 02** - Apreciação e votação da Proposta de Imposto Municipal Sobre Imóveis para vigorar no ano de 2020, tendo o resultado sido: **QUINZE VOTOS A FAVOR DAS BANCADAS DO PSD, CDS E BE, NOVE ABSTENÇÕES DA BANCADA DO PS.** Dessa forma o ponto em análise que é **APROVADO POR MAIORIA.** -----
ESTE PONTO FOI APROVADO EM MINUTA PARA QUE POSSA PRODUZIR EFEITOS IMEDIATOS -----

À mesa é entregue uma declaração de voto do Partido Socialista que se transcreve de seguida: -----

" DECLARAÇÃO DE VOTO -----

Apreciação e votação da Proposta de IMI para 2020 -----

Considerando que muitos habitantes do concelho da Ílhavo tiveram um brutal aumento do IMI, situação que já se refletiu nos valores pagos nos últimos anos. Considerando que o Partido Socialista assumiu como compromisso eleitoral nas recentes eleições autárquicas a redução das taxas e impostos municipais e que, com base nos dados disponíveis referentes ao comportamento desta receita, mesmo tendo em conta a recente redução para 0,375% que teve efeitos em 2017, defendemos que a taxa de IMI deve fixar-se no mínimo legal de 0,3%. Isto, observando que após o enorme aumento desta receita entre 2013 e 2016, no ano de 2017 em que se diminuiu ligeiramente a taxa não se verificou a queda significativa prevista pela maioria PSD. Bem pelo contrário. Está ao mesmo nível que registávamos quando a taxa se fixava em 0,4%.

Considerando que o crescimento das Receitas Correntes do Município, nos últimos anos, foi quase integralmente suportado pelas receitas dos Impostos Diretos que no próximo ano, na perspetiva da maioria que governa o município corresponderá a uma parte bastante significativa das receitas correntes.

*Considerando que a maioria PSD, nos anos transatos, não teve minimamente em atenção os fatores que determinam o crescimento real deste imposto, sendo dos concelhos do distrito de Aveiro que, percentualmente, mais castiga os seus habitantes na aplicação deste imposto. Considerando que a diminuição do valor da taxa para 0,35% apresentada pela maioria PSD para o ano de 2020, continuará a implicar que os proprietários dos imóveis, para efeitos do Código do IMI, sejam sujeitos a tributações exorbitantes, não deixamos de registar que, finalmente, a maioria PSD da Câmara Municipal de Ílhavo toma a iniciativa de propor e fazer aprovar nesta Câmara uma redução da taxa do IMI para prédios urbanos. Considerando que não obstante a maioria PSD ter recusado nos anos anteriores a adoção de uma política de desagravamento fiscal, justificando tal posição com a consequente quebra de receitas, as provenientes do IMI têm vindo a crescer progressivamente, sempre para além do programado, e prevemos que no próximo ano, ainda que reduzida tenuemente a taxa, não ocorra instabilidade na receita arrecadada. Podemos até concluir da previsão orçamental apresentada que, mesmo praticando uma taxa inferior à de anos transatos, se mantém esta receita estabilizada e não se verificará redução na dimensão prevista pelo PSD, como já não havia acontecido em 2017. Considerando que os compromissos financeiros assumidos pelo Município não justificam tão gigantesca arrecadação de receita. Considerando ainda que no âmbito do chamado “IMI Familiar”, saudamos que tenha esta Câmara Municipal proposto a redução das taxas para os imóveis destinados a habitação própria e permanente dos proprietários com dependentes a seu cargo, medida com a qual concordamos. Considerando também que a maioria PSD tem demonstrado total imobilismo na inventariação dos imóveis devolutos, para efeitos de majoração do imposto, e insípidas medidas de apoio à reabilitação do edificado degradado, com perdas financeiras evidentes para a autarquia, envelhecimento acentuado do edificado e fraquíssima dinamização do mercado de arrendamento. Continuamos a entender que há sustentação financeira para a redução da taxa do IMI para os prédios urbanos, neste caso na casa dos 0,3%, de resto, em linha com inúmeros municípios do país e outros tantos que conosco partilham o mesmo contexto regional. Ademais, o histórico de arrecadação de receita de IMI no Município de Ílhavo, juntando-se-lhe os dados previsionais que nos são apresentados no Orçamento para 2020, são a prova de que é possível reduzir a taxa sem prejuízo para o equilíbrio orçamental da autarquia. Dado que consideramos a redução da taxa de IMI um imperativo na diminuição do esforço fiscal dos munícipes, e que consideramos insuficiente a redução aqui proposta, os membros da Assembleia Municipal eleitos pelo Partido Socialista optam por se abster quanto à proposta do Imposto Municipal sobre Imóveis para 2020. -----
Ílhavo, 08 de novembro de 2019-----
Os membros eleitos pelo Partido Socialista na AMI” -----*

Presidente da Mesa: Coloca à votação o **Ponto 03** - Apreciação e votação da Proposta de Derrama para o ano de 2020, tendo o resultado sido: **QUINZE VOTOS A FAVOR DAS BANCADAS DO PSD, CDS E BE, NOVE ABSTENÇÕES DA BANCADA DO PS.** Dessa forma o ponto em análise que é **APROVADO POR MAIORIA.** -----
ESTE PONTO FOI APROVADO EM MINUTA PARA QUE POSSA PRODUZIR EFEITOS IMEDIATOS -----

À mesa é entregue uma declaração de voto do Partido Socialista que se transcreve de seguida: -----
”**DECLARAÇÃO DE VOTO**-----

*Apreciação e votação da Proposta de Derrama para 2020-----
A proposta de Derrama para 2020 vai, em parte, ao encontro das posições que o Partido Socialista tem expressado relativamente à cobrança deste imposto, concretamente no que diz respeito à atenção dada às empresas de menor dimensão, diferenciando-as positivamente das demais. A proposta, através da isenção para empresas com volume de negócios anual que não ultrapasse os 150 Mil Euros e a novas empresas que criem pelo menos cinco postos de trabalho, é uma medida importante para a dinâmica do nosso tecido empresarial bem como de acomodação a uma realidade vincada de dificuldades para muitas empresas. Ainda que não seja esta uma medida da iniciativa da Câmara Municipal, mas sim do quadro legal existente, e já antes defendida em anteriores mandatos pelos autarcas do Partido Socialista, valorizamos os benefícios que a proposta implica. No entanto, a manutenção da Taxa Máxima de 1,5% de Derrama merece*

a nossa discordância, em coerência com a nossa posição de há largos anos, dado que entendemos não contribuir para motivar as empresas em instalar-se no concelho, ainda mais quando conjugada com o estado de degradação e desmazelo em que se encontram as nossas zonas industriais. Ademais, a arrecadação de receita proveniente da Derrama tem demonstrado uma tendência crescente ao longo dos anos, fruto da crescente dinâmica económica nacional dos últimos quatro anos, o que se afigura como contexto ideal para operar algum alívio na taxa fixada sem prejuízo para o equilíbrio orçamental da Câmara Municipal. Considerando o acima exposto, entendem os membros da Assembleia Municipal eleitos pelo Partido Socialista entendem que a proposta aqui votada deveria conter uma diminuição da taxa, no entanto, valorizando as isenções previstas, optamos pela Abstenção. -----

Ílhavo, 08 de novembro de 2019-----

Os membros eleitos pelo Partido Socialista na AMI” -----

Presidente da Mesa: Coloca à votação o **Ponto 04** - Apreciação e votação da Proposta de Fixação da Participação Variável no IRS no ano de 2020, tendo o resultado sido: **CATORZE VOTOS A FAVOR DAS BANCADAS DO PSD E CDS, UMA ABSTENÇÃO DO BE, NOVE VOTOS CONTRA DA BANCADA DO PS.** Dessa forma o ponto em análise que é **APROVADO POR MAIORIA.** -----
ESTE PONTO FOI APROVADO EM MINUTA PARA QUE POSSA PRODUZIR EFEITOS IMEDIATOS -----

À mesa é entregue uma declaração de voto do Partido Socialista que se transcreve de seguida: -----

”DECLARAÇÃO DE VOTO -----

Apreciação e votação da Proposta de Fixação da Participação Variável no IRS para os rendimentos do ano 2020-----

O Partido Socialista considera que no quadro de desagramento fiscal para as famílias portuguesas implementado pelo Governo liderado pelo PS, concretamente também em sede de IRS através da introdução de mecanismos que promovem melhor justiça fiscal, a Câmara Municipal não tem sido prejudicada na receita que diz respeito à participação variável que esta pode ter no IRS. Ademais, a criação de emprego, sem precedentes, nos últimos quatro anos tem permitido um gradual aumento desta receita por força do aumento das contribuições em sede de IRS. Tem este contexto favorável ocorrido sem que se tenha vislumbrado o devido ajustamento da parte da Câmara Municipal, dando o seu contributo para o alívio da carga fiscal às famílias, fazendo corresponder uma diminuição da taxa de participação variável do IRS em proporção com o aumento da receita que arrecada nesse âmbito. Sucede ainda que o aumento da dimensão da receita proveniente dos impostos municipais não tem servido para o aumento do investimento, verificando-se uma tendência de decrescimento ao longo dos últimos anos, ao passo que a despesa corrente tem aumentado consistentemente, sem que o Executivo Municipal promova uma gestão mais eficiente que diminua os custos fixos e agilize a prestação dos serviços aos munícipes. O aumento de receita destinada à Câmara Municipal nos últimos anos a que assistimos no que a esta rubrica orçamental diz respeito, demonstra bem a insensibilidade social da maioria PSD que lidera a Câmara Municipal de Ílhavo. Ainda que o alívio fiscal promovido pelo atual Governo, liderado pelo PS, possa diminuir o esforço individual de cada contribuinte, os efeitos positivos na nossa economia alargam a base de tributação deste e de outros impostos e garantem a estabilização da dimensão desta receita para o Município e o seu aumento de ano para ano, como se tem vindo a verificar. O Executivo Municipal mostra com esta proposta que continua a ignorar a importância da devolução de rendimentos às famílias, abdicando de uma ferramenta sua que pode muito bem usar para aliviar o peso dos impostos nos orçamentos familiares, com benefícios para a nossa economia local, através do alívio nas taxas e impostos que cobra diretamente aos munícipes. Por isso, entende o Partido Socialista que deve operar-se uma redução da Taxa de Participação Variável do Município de Ílhavo no IRS para 4%, abdicando assim de 1 ponto percentual em favor dos munícipes, sem prejuízo para o equilíbrio orçamental da Câmara e com alívio significativo para a dimensão das despesas fiscais dos munícipes. Face ao acima exposto, entendem os membros da Assembleia Municipal eleitos pelo Partido Socialista que a proposta aqui votada é merecedora da nossa reprovação, e por isso votam contra. -----

Ílhavo, 08 de novembro de 2019-----

Os membros eleitos pelo Partido Socialista na AMI” -----

A Presidente da Mesa dá continuidade aos pontos da Ordem do dia com o **Ponto 05**- Apreciação e votação da Proposta das Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal para o ano 2020; -----

Presidente da Câmara: Inicia por esclarecer que o orçamento prevê um acréscimo de cerca de nove por cento. Defende que se trata de um plano e um orçamento ambicioso e sustentado com uma clara aposta no investimento. Refere que é um plano equilibrado, realista e de responsabilidade, mostrando uma consolidação de resultados bastante adequada à realidade e dimensão do Município. -----

Presidente da Mesa: Abre inscrições para a 1ª intervenção dos membros: -----

Pedro Rosa Novo: Refere que o documento apresentado reflete aquilo a que o Partido Social Democrata se propôs nas últimas eleições. Reforça que a boa gestão continua com este orçamento. -----

Flor Agostinho: Defende que se trata de um plano de continuidade em linha com aquilo que tem sido seguido. Defende ainda que os fundos comunitários começam a ser redirecionados e que o Estado tem investido pouco. Refere que se trata de um orçamento equilibrado e que não hipoteca o futuro do Município. Destaca as obras físicas sem descurar os investimentos em áreas como a educação e a cultura. Lembra que o grande problema do Município são as áreas que dependem diretamente da Administração Central. -----

Ricardo Santos: Dá nota que a Câmara Municipal dá mostras de se substituir ao Estado em algumas matérias nomeadamente a saúde o que demonstra sensibilidade para os problemas da população. Por outro lado, recorda que ainda falta trabalhar a mobilidade no Município que não pode estar à espera de planos intermunicipais de mobilidade. Sustenta que é necessário reformular o Programa Municipal de Bolsas de Estágio. Refere ainda que ao nível de obras físicas poderia ser reabilitado o antigo Cinema Texas. -----

Hugo Lacerda: Discorda das críticas ao Governo sustentando que este apresenta contas equilibradas que são alvo de críticas positivas dos seus parceiros europeus. Refere que a maioria do Executivo Municipal não aceita as sugestões apresentadas pelos partidos da oposição. Defende que continua a faltar o saneamento básico no Município e que este tarda em servir a totalidade da população. Alerta o atraso de medidas propostas pelo Partido Socialista tais como o Conselho Municipal da Juventude e o Orçamento Participativo. Defende que se despenda menos verbas em eventos culturais e festivos, com mais verbas para o investimento na qualidade de vida da população. Refere a falta de referências à ria e à Zona Industrial da Ervasas. -----

Luis Leitão: Refere que existe um acréscimo de impostos cobrados à população subscrevendo a intervenção do membro Hugo Lacerda. -----

Carla Santos: Questiona se o orçamento prevê verba para a questão animal e se está incluído o salário do apanhador-tratador de animais. -----

Pedro Martins: Refere que falta coesão territorial no documento apresentado. Defende que o Município não pode andar a duas velocidades dependente dos fundos comunitários. -----

Presidente da Mesa: Informa que vai dar a palavra ao Presidente da Câmara, para as necessárias respostas:

1ª. intervenção do Presidente da Câmara: Inicia afirmando que em todos os anos enquanto Presidente de Câmara houve obra de saneamento no Município. Esclarece que a Câmara aquando da presidência do Partido Socialista não soube aproveitar o financiamento disponível atrasando a infraestruturização do Município a nível de saneamento básico. Defende que o mandato tem sido pautado por recuperação de edifícios e obras que revalorizem os equipamentos. Refere que quem credibilizou o país foi o ministro das Finanças do Governo de coligação PSD/CDS discordando do membro Hugo Lacerda. Lembra que foi o Partido Socialista que colocou o país na pré-bancarrota. Esclarece que o apanhador de animais está previsto no Mapa de Pessoal e que a correspondente verba está devidamente alocada. Respondendo ao membro Pedro Martins refere que no mandato anterior foi efetuado investimento na Gafanha da Nazaré na ordem dos 20M€. Recorda que o Governo é que não tem investido na Gafanha da Nazaré principalmente no Centro de Saúde que tarda em receber as necessárias obras de requalificação. -----

Presidente da Mesa: Abre inscrições para a 2ª intervenção dos membros: -----

André Guimarães: Refere que não percebe a fixação do Partido Socialista com o CMJ. Defende que os jovens precisam de mais investimento do Governo, nomeadamente em escolas e no Centro de Saúde da Gafanha da Nazaré. -----

Flor Agostinho: Reitera que o investimento do Governo no Município tem sido minimalista. Defende que este executivo municipal é coerente e de palavra. -----

Pedro Rosa Novo: Defende que a Bancada Socialista não é consequente com aquilo que defende e prova disso é a falta de entendimento quanto à governação da Ria. -----

Ricardo Santos: Sugere que haja uma maior articulação com organismos internacionais para possibilitar a captação de fundos no âmbito do programa “Europa Criativa”. -----

João Roque: Manifesta o seu desagrado pela falta de investimento na Gafanha da Nazaré previsto no documento apresentado. -----

Hugo Lacerda: Refere que o CMJ se trata de uma imposição legal e como tal deve ser respeitada. -----

Pedro Martins: Afirma que existe pouco investimento na requalificação urbana e pede mais atenção do executivo municipal nas pequenas intervenções que fazem diferença na vida dos munícipes. -----

Presidente da Mesa: Informa que vai dar a palavra ao Presidente da Câmara, para as necessárias respostas:

2ª. intervenção do Presidente da Câmara: Respondendo ao membro Ricardo Santos afirma que o Município já tem a decorrer algumas candidaturas de âmbito internacional nas áreas que sugere. Defende que em todos os quadros comunitários foram aproveitados todos os fundos comunitários possíveis sob a liderança do Partido Social Democrata. Elenca diversas obras que o plano apresentado prevê tais como: saneamento da Gafanha de Aquém, pistas cicláveis na Gafanha da Nazaré, reformulação do antigo quartel dos bombeiros, construção de passadiços entre a Barra e a Costa Nova, aquisição de terrenos para o centro cívico da Gafanha do Carmo, reforço da rede de abastecimento de água em Vale de Ílhavo, aquisição de terrenos para a construção de acessos à zona industrial das Ervosas, entre outras. Ainda assim defende que continuará a apostar na cultura, na educação e em tantas outras áreas. -----

Presidente da Mesa: Coloca à votação o **Ponto 05** - Apreciação e votação da Proposta das Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal para o ano 2020, tendo o resultado sido: **CATORZE VOTOS A FAVOR DAS BANCADAS DO PSD E CDS, DUAS ABSTENÇÕES, OITO VOTOS CONTRA DA BANCADA DO PS.** Dessa forma o ponto em análise que é **APROVADO POR MAIORIA.** -----
ESTE PONTO FOI APROVADO EM MINUTA PARA QUE POSSA PRODUZIR EFEITOS IMEDIATOS -----

À mesa é entregue uma declaração de voto do Partido Socialista que se transcreve de seguida: -----

”DECLARAÇÃO DE VOTO -----

Apreciação e votação da Proposta das Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal para 2020

A proposta das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2020 apresentada pela maioria PSD consolida aquilo que os anteriores exercícios já demonstravam: afigura-se com um plano de intenções que é bem demonstrativo de uma maioria encerrada em si mesma, sem ideias novas, divorciada dos problemas dos munícipes, incapaz de projetar estrategicamente o desenvolvimento do município. O Partido Socialista entende que o Executivo Municipal tem como principais desafios a promoção da coesão social, do desenvolvimento de oportunidades para todos num quadro de segurança cívica, de proteção e respeito pelo ambiente, de qualidade de vida, de sentido de pertença coletiva em que o cidadão, as instituições e as empresas sejam o destino de todas as políticas implementadas. Que a atividade política seja percecionada em espírito de verdade, equidade, transparência e integridade. Consideramos que o Plano e Orçamento é insuficiente na prossecução destes objetivos. É, além do mais, um manifesto de intenções estagnado no tempo no plano das ideias, persistindo em soluções antigas, ignorando os novos problemas e desafios. Os desafios do poder local democrático e a realidade do nosso Município – que regista elevados níveis de afastamento entre os eleitos e os eleitores – exigem um esforço redobrado ao Executivo Municipal na definição de políticas de proximidade. Ainda que consideremos como positiva a promessa de criação do Conselho Municipal da Juventude, obrigação legal a que a maioria PSD tem fugido ao longo dos anos, não podemos deixar de registar que um ano passou e a promessa que agora se repete continua na gaveta. Esperamos, ainda que não vislumbremos evidências no documento, que a sua instalação seja efetivada e promovida a criação da sua comissão permanente, devidamente autonomizada e capacitada financeiramente. Por outro lado, a proposta de implementação do Orçamento Participativo – defendida pelo PS há uma década – surge mais uma vez registada no Plano e Orçamento, ainda que o montante que

lhe está destinado, de 90.000€, nos pareça de curtíssimo alcance. Ademais, conhecendo-se já o projeto de regulamento presentemente em consulta pública, sabemos bem que a sua concretização no ano de 2020 dificilmente terá expressão orçamental. A Câmara Municipal deve promover um justo equilíbrio entre a concretização dos anseios da população e o esforço financeiro que exige a cada família para a necessária dotação financeira das autarquias. A fixação do valor das taxas e impostos municipais deve ser aplicada com justiça, proporcionalidade e equidade, tendo em conta a receita que é estritamente necessária à concretização da missão das autarquias e a libertação fiscal das famílias para que estas possam viver e fazer viver a nossa economia local. A Câmara tem funcionado como um predador fiscal, num contexto de constante aumento das suas despesas correntes e diminuição do investimento. A relação fiscal com as famílias, as empresas e os pequenos comerciantes deveria ser revista. As regras da fixação de taxas relacionadas com a atividade económica e com o quotidiano das famílias deveriam ser alteradas, tendo como prioridade a criação de emprego, o crescimento do pequeno comércio e a fixação da população. A diminuição da taxa de IMI para 0,3% e da taxa de participação variável do IRS para 4% são imperativos que não registamos neste Orçamento. Documentos estratégicos como o Plano Estratégico do Município de Ílhavo ou o Plano Diretor Municipal estão ainda por sair do papel, num exercício de desperdício de medidas com impacto positivo na qualidade de vida dos munícipes. A título de exemplo, releva-se a inexistência de evolução na aprovação dos inúmeros planos de pormenor previstos que resultariam em diversas vantagens para a valorização do nosso território, para o crescimento da nossa economia e para a coesão social e territorial do concelho. Também é certo que deve procurar-se dar resposta aos problemas e desafios mais prementes que o concelho de Ílhavo enfrenta, o que nem sempre acontece, sendo diversos os exemplos de ações e investimentos levados a cabo de modo casuístico, sem amplo debate público que envolva as comunidades e que ocupam tempo e dinheiro sem que daí advenham ganhos estruturais para o território e para a melhoria da qualidade de vida das populações. A verdade é que a Ria de Aveiro, mais significativo património natural do concelho, persiste esquecida das prioridades da Câmara, desaproveitado todo o seu potencial turístico, cultural e económico; a cobertura da rede de saneamento em todo o concelho progride em ritmo lento; as infraestruturas desportivas já há muito que não são suficientes face às necessidades da comunidade; o sistema de mobilidade é obsoleto face às necessidades quotidianas das populações, designadamente no que diz respeito aos circuitos de modos suaves que persistem bastantes descontínuos e em dessintonia com a rotina dos atuais e potenciais utilizadores; o centro urbano da Gafanha da Nazaré aguarda há longos anos a mínima atenção à sua necessária requalificação, devidamente estudada, planeada e debatida; os problemas relacionados com a saúde animal persistem esquecidos sem que se vislumbre uma estratégia municipal que ultrapasse os crescentes constrangimentos a este respeito. São estas algumas das preocupações prementes para as quais continuamos sem encontrar respostas efetivas nas prioridades definidas pela maioria PSD. O PS entende que o ano de 2020 persistirá tempo perdido. Os tempos em que estamos exigem da Câmara Municipal que coloque enfoque nas suas funções sociais e na sua capacidade de intervenção para a melhoria da nossa coesão social e económica, colocando os seus instrumentos orçamentais ao serviço dos Munícipes. O Plano e Orçamento não indicia esse caminho. O Partido Socialista, por outro lado, continua a entender que o executivo tem o dever de atentar na definição das suas prioridades no que diz respeito ao equilíbrio entre o rigor orçamental e o aprofundamento e amplificação da sua capacidade de resposta às dificuldades sociais e económicas das famílias. Não vislumbramos essa orientação plasmada neste Orçamento, ademais quando se verifica um desequilíbrio entre investimento na ação social e as outras áreas, com prejuízo para as primeiras. Entendemos que o Município já vai atrasado no reforço da sua capacidade de intervenção social e este Plano e Orçamento não é documento que pretenda calcorrear esse caminho. O reforço da capacidade de intervenção social, por exemplo, através do aprofundamento das parcerias com as IPSS; a implementação de programas educativos que promovam melhores resultados e mais igualdade de oportunidades são opções políticas estruturantes que deveriam ser tomadas. Este documento e o momento temporal que o baliza são, inequivocamente, mais uma oportunidade perdida e a demonstração da incapacidade desta maioria de se entusiasmar e de aportar energia suficiente para criar um verdadeiro paradigma de desenvolvimento sustentável. Assim, atendendo ao exposto, os membros da Assembleia

*Municipal eleitos pelo Partido Socialista votam contra a Proposta das Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal para 2020.” -----
Ílhavo, 08 de novembro de 2019-----
Os membros eleitos pelo Partido Socialista na AMI” -----*

A Presidente da Mesa dá continuidade aos pontos da Ordem do dia com o **Ponto 06** - Apreciação e votação da Proposta de Autorização Prévia e Autorização Prévia Genérica no âmbito da Lei dos Compromissos para o ano de 2020. -----

Presidente da Câmara: Informa que esta é uma proposta recorrente que visa dar uma maior agilidade de atuação aos serviços da Câmara Municipal. -----

Presidente da Mesa: Abre inscrições para a 1ª intervenção dos membros, não se tendo registado inscrições. -----

Presidente da Mesa: Coloca à votação o **Ponto 06** - Apreciação e votação da Proposta de Autorização Prévia e Autorização Prévia Genérica no âmbito da Lei dos Compromissos para o ano de 2020, tendo o resultado sido: **VINTE E QUATRO VOTOS A FAVOR DAS BANCADAS DO PSD, PS, CDS/PP E BE.** Dessa forma o ponto em análise que é **APROVADO POR UNANIMIDADE.** -----
ESTE PONTO FOI APROVADO EM MINUTA PARA QUE POSSA PRODUZIR EFEITOS IMEDIATOS -----

A Presidente da Mesa dá continuidade aos pontos da Ordem do dia com o **Ponto 07** - Apreciação e votação da Proposta de Alteração do Plano Diretor Municipal de Ílhavo no âmbito do Regime Extraordinário de Regularização das Atividades Económicas (RERAE). -----

Presidente da Câmara: Informa que esta é uma proposta que surge no sentido de regularização do terreno da Ria Stone tendo obtido a concordância de várias entidades assim como em sede de consulta pública nada obsta a esta proposta. -----

Presidente da Mesa: Abre inscrições para a 1ª intervenção dos membros, não se tendo registado inscrições. -----

Presidente da Mesa: Coloca à votação o **Ponto 07** - Apreciação e votação da Proposta de Alteração do Plano Diretor Municipal de Ílhavo no âmbito do Regime Extraordinário de Regularização das Atividades Económicas (RERAE), tendo o resultado sido: **VINTE E QUATRO VOTOS A FAVOR DAS BANCADAS DO PSD, PS, CDS/PP E BE.** Dessa forma o ponto em análise que é **APROVADO POR UNANIMIDADE.** -----
ESTE PONTO FOI APROVADO EM MINUTA PARA QUE POSSA PRODUZIR EFEITOS IMEDIATOS -----

A Presidente da Mesa dá continuidade aos pontos da Ordem do dia com o **Ponto 08** - Apreciação e votação da proposta de Procedimento por Concurso Público para Aquisição de Serviços de Vigilância e Segurança nos Edifícios Municipais; -----

Presidente da Câmara: Informa que esta é uma proposta de simples contratação de serviços que se traduz num compromisso plurianual tendo de ser aprovada na Assembleia Municipal. -----

Presidente da Mesa: Abre inscrições para a 1ª intervenção dos membros, não se tendo registado inscrições. -----

Presidente da Mesa: Coloca à votação o **Ponto 08** - Apreciação e votação da proposta de Procedimento por Concurso Público para Aquisição de Serviços de Vigilância e Segurança nos Edifícios Municipais, tendo o resultado sido: **VINTE E QUATRO VOTOS A FAVOR DAS BANCADAS DO PSD, PS, CDS/PP E BE.** Dessa forma o ponto em análise que é **APROVADO POR UNANIMIDADE.** -----
ESTE PONTO FOI APROVADO EM MINUTA PARA QUE POSSA PRODUZIR EFEITOS IMEDIATOS -----

A Presidente da Mesa dá continuidade aos pontos da Ordem do dia com o **Ponto 09** - Apreciação e votação da Proposta de Procedimento por Concurso Público para Fornecimento de gás a equipamentos municipais;

Presidente da Câmara: Informa que esta é uma proposta de simples contratação de serviços que se traduz num compromisso plurianual tendo de ser aprovada na Assembleia Municipal. -----

Presidente da Mesa: Abre inscrições para a 1ª intervenção dos membros, não se tendo registado inscrições. -----

Presidente da Mesa: Coloca à votação o **Ponto 09** - Apreciação e votação da Proposta de Procedimento por Concurso Público para Fornecimento de gás a equipamentos municipais, tendo o resultado sido: **VINTE E QUATRO VOTOS A FAVOR DAS BANCADAS DO PSD, PS, CDS/PP E BE.** Dessa forma o ponto em análise que é **APROVADO POR UNANIMIDADE.** -----
ESTE PONTO FOI APROVADO EM MINUTA PARA QUE POSSA PRODUZIR EFEITOS IMEDIATOS -----

A Presidente da Mesa dá continuidade aos pontos da Ordem do dia com o **Ponto 10** - Apreciação e votação da Proposta de Transferência de Competências do Município de Ílhavo para as Juntas de Freguesia no âmbito do Decreto-Lei nº. 57/2019; -----

Presidente da Câmara: Informa que esta é uma proposta que não oferece grande novidade. Destaca as reuniões havidas com as juntas de freguesia no sentido de harmonizar procedimentos e de chegar a consensos para uma solução de equilíbrio. Realça que aos valores constantes da proposta será distribuída ainda uma verba adicional no montante global de duzentos mil euros em sede de contratos interadministrativos. -----

Presidente da Mesa: Abre inscrições para a 1ª intervenção dos membros, tendo-se inscrito: -----

Luis Leitão: Afirma que no entendimento da bancada socialista esta proposta trata-se de um avanço tímido que não vai de encontro aos objetivos preconizados pelo Governo Socialista. -----

Presidente da Mesa: Informa que vai dar a palavra ao Presidente da Câmara, para as necessárias respostas:

1ª. intervenção do Presidente da Câmara: Afirma que esta é uma proposta responsável e que é a resposta possível face à disparidade existente entre as estruturas das juntas do município. Realça que esta é ainda uma fase de adaptação. -----

Presidente da Mesa: Abre inscrições para a 2ª intervenção dos membros, tendo-se inscrito: -----

João Campolargo: Discorda da intervenção do Presidente da Câmara na medida em que a capacidade técnica se vem criando. Subscreeve a intervenção do membro Luis Leitão. Refere que as Juntas de Freguesia podem adquirir essa capacidade quando assim pretenderem. -----

Presidente da Mesa: Informa que vai dar a palavra ao Presidente da Câmara, para as necessárias respostas:

2ª. intervenção do Presidente da Câmara: Refere que no seu entendimento o aumento substancial de verbas transferidas para as juntas de freguesia é a prova da vontade da Camara Municipal ser parceira das juntas de freguesia. -----

Presidente da Mesa: Coloca à votação o **Ponto 10** - Apreciação e votação da Proposta de Transferência de Competências do Município de Ílhavo para as Juntas de Freguesia no âmbito do Decreto-Lei nº. 57/2019, tendo o resultado sido: **VINTE E QUATRO VOTOS A FAVOR DAS BANCADAS DO PSD, PS, CDS/PP E BE.** Dessa forma o ponto em análise que é **APROVADO POR UNANIMIDADE.** -----
ESTE PONTO FOI APROVADO EM MINUTA PARA QUE POSSA PRODUZIR EFEITOS IMEDIATOS -----

Presidente da Mesa: Uma vez esgotada a Ordem do Dia a Presidente da Mesa dá esta reunião por encerrada, pelas 23h58 do dia 15 de novembro do ano de 2019. -----

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata que eu, Margarida Alves, 1ª Secretária, redigi e vai ser por mim assinada. -----

A 1ª. Secretária _____

ESTA ATA FOI APROVADA POR _____
NA REUNIÃO REALIZADA NO DIA _____ .